



ECOMUSEUS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO ECOMUSEU TRADIÇÕES DO XISTO (SERRA DA LOUSÃ)

Luiz Alves¹
luizalves90@hotmail.com

Paulo Carvalho²
paulo.carvalho@fl.uc.pt

Resumo: As “novas” práticas museológicas e, em particular, os ecomuseus têm assumido um papel importante na conservação e valorização do património natural e cultural em diversas regiões mas, também, nos processos de desenvolvimento dos territórios, em especial nos contextos rurais e de montanha. No universo de ecomuseus existente em Portugal, verdadeiros centros de conservação da memória e identidade cultural dos territórios e das suas populações, há alguns que se destacam pelas suas intervenções, forma de atuação e inovação, como é o caso do Ecomuseu Tradições do Xisto (Serra da Lousã).

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Ecomuseu. Lazer e Turismo. Ecomuseu Tradições do Xisto. Aldeias do Xisto de Góis. Serra da Lousã.

Abstract: The “new” museological practices and, in particular, the ecomuseums have assumed an important role in the conservation and enhancement of the natural and cultural heritage in various regions, but also in the processes of development of the territories, especially in rural and mountain backdrops. In the universe of existing ecomuseums in Portugal, real conservation centers of memory and cultural identity of the territories and their populations, there are some that stand out for their interventions, the form of expertise and innovation, as is the case of the Ecomuseu Tradições do Xisto (Serra da Lousã).

Key-words: Local Development. Ecomuseum. Leisure and Tourism. Ecomuseu Tradições do Xisto. Aldeias do Xisto de Góis. Serra da Lousã.

¹ Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Portugal.

² Doutor em Geografia. Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território- CEGOT. Portugal.

1. DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MEIO RURAL

Como refere COVAS (2004:53), “(...) a agricultura, o ambiente e o desenvolvimento rural serão áreas promissoras de crescimento sustentado e duradouro (...). As amenidades rurais devem ser encaradas como contributo para o desenvolvimento das zonas rurais desfavorecidas (...). Mantenhamos por isso algumas margens de esperança no futuro dos espaços e das comunidades rurais (...). Margens que cruzam a agricultura funcional, a crescente procura do espaço e território, a valorização da qualidade ambiental ou o aumento dos tempos de lazer”.

Desde meados dos anos 60 do século passado, a par das alterações nas principais atividades dos espaços rurais, verificou-se um forte êxodo rural, traduzindo-se em processos de despovoamento e envelhecimento da população. Tais transformações resultaram, sobretudo, numa forte heterogeneidade dos espaços rurais, motivo pelo qual foi, e tem vindo a ser, necessário implementar políticas que tivessem em conta essa mesma diversidade e não visassem apenas a agricultura, como se havia refletido, até há algum tempo, através da Política Agrícola Comum, tornando-se, assim, necessário desenvolver políticas consistentes e adequadas às realidades onde pretendem intervir.

Com efeito, “a incapacidade das políticas difusionistas na resolução de problemas estruturais ligados às desigualdades e disparidades de desenvolvimento e à emergência de novas tipologias de marginalidade social e territorial, consequências da aplicação indiscriminada dos instrumentos de desenvolvimento estritamente económico, introduziu nas sociedades e nos territórios europeus a emergência de novos paradigmas que, embora não rompendo com os anteriores, denunciam a necessidade de focalizações com base em critérios e em referências diferentes” (CARVALHO, 2009:145).

A chave para o desenvolvimento destas áreas assenta em duas ideias complementares: tornar os territórios mais competitivos e coesos; e oferecer condições de fixação de segmentos ativos e de regeneração demográfica.

Quando se pensa em desenvolvimento rural pensa-se, necessariamente, na “melhoria das condições de vida e de trabalho da população residente e na valorização dos recursos endógenos, incluindo nestes o património histórico e os recursos humanos, com as suas capacidades de iniciativa, culturas específicas, saberes-fazer próprios. Tudo isto, sem prejuízo dos equilíbrios ambientais, ou seja, utilizando prudentemente os recursos naturais renováveis, e mais ainda os não renováveis, dos solos e das águas à diversidade biogenética” (CAVACO, 1996:347). Além de sustentável, o desenvolvimento rural deverá ser integrado, potencializando as sinergias das intervenções nos diferentes setores de atividade, nas infraestruturas e equipamentos, na qualificação da população, na dinamização de iniciativas, entre outras.

De acordo com JACINTO (1995:143), “o processo de desenvolvimento está estritamente correlacionado com a acessibilidade física e socioeconómica. As zonas rurais economicamente integradas e mais dinâmicas, localizam-se quase sempre na proximidade daqueles centros (polarizadores e dinâmicos), enquanto as zonas rurais intermédias e as mais deprimidas se situam nas periferias mais ou menos remotas”.

As políticas da União Europeia, para os espaços rurais, têm vindo a sofrer uma longa evolução, intrinsecamente ligada à própria evolução do conceito de desenvolvimento rural. Até aos anos 80, o desenvolvimento rural apoiava-se, sobretudo, numa conceção setorial das ajudas e as políticas que daí emanavam adotavam ações descendentes, *top-down*, que visavam a subvenção dos beneficiários. “Atualmente, entende-se que, mais do que isso, é essencial estimular os agentes locais e os promotores de projetos a adquirirem as competências necessárias para se tornarem agentes implicados no desenvolvimento do seu território” (CARNEIRO, 2010:700), ou seja, ações do tipo ascendente (*bottom-up*).

Segundo MORENO (2007:134), o desenvolvimento local pode ser entendido como “um processo continuado de melhoramento das condições do território e das suas populações, sempre que tal seja reconhecido pelos atores sociais, incluindo os do meio urbano”. Neste contexto, o desenvolvimento local (de áreas rurais) passa por um investimento na manutenção e divulgação dos recursos e dos produtos endógenos das regiões, nos quais os lazeres turísticos podem ser uma forte “alavanca” quando bem planeados, estruturados e geridos. O desenvolvimento do território terá de ter sempre presente uma visão assente num “produto” de diferenciação que as paisagens construídas e as paisagens naturais lhe conferem em conjunto com as produções locais, com os produtos endógenos (queijos, azeite, produtos artesanais, vinho, entre muitos outros), com os produtos de qualidade, e com os “produtos imateriais”, e que são igualmente de vital importância e que fazem parte das raízes dos lugares, com sejam os saberes, as memórias, a cultura e as identidades locais.

2. LAZER, TURISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Nas últimas duas décadas o desenvolvimento rural ganhou uma ampla visibilidade. Como assinala CARVALHO (2009:152), “assistimos à crescente revalorização da importância do mundo rural (onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade) e dos valores da ruralidade (também estes em mudança) para o equilíbrio e coesão do próprio sistema”.

Nesta “nova” etapa do espaço rural, o agricultor assume um papel importante, o de preservar e manter os valores patrimoniais e paisagísticos do espaço rural. Ao integrar os espaços rurais como potenciais recetores de fluxos de visitantes não quer dizer que se tenham que perder as ligações à terra e à agricultura até porque, a agricultura, funciona também, como característica do espaço rural que, portanto, importa manter e preservar.

“Ao espaço rural foram atribuídas novas funções regeneradoras e, para o seu desenvolvimento sustentável, promoveu-se a diversificação das atividades aí realizadas, em especial as não agrícolas como, por exemplo, o turismo e o artesanato, com os objetivos de assegurar a manutenção das comunidades rurais e preservar os ecossistemas e as paisagens construídas pela agricultura. A expressão mais utilizada desde então é «multifuncionalidade do espaço rural», que, em princípio, seria geradora de novos recursos e de melhoramentos das condições de vida das populações” (ALMEIDA, 2007:310). Assim, o triângulo “virtuoso” – turismo, ambiente e agricultura – integra as atividades que melhor podem contribuir para um desenvolvimento rural sustentável das áreas mais desfavorecidas (COVAS, 2008).

A realidade com que nos deparamos, desde alguns anos, no meio rural português é uma nova utilização do espaço que abandonou a agricultura como atividade principal e oferece aos seus utilizadores uma função muito mais associada ao lazer e ao recreio, valorizando os recursos existentes para atrair uma população carente de estímulos que lhe permitam libertar-se de um quotidiano urbano e repetitivo e propensa a uma certa nostalgia da natureza e do retorno ao passado. “Estas utilizações foram-se democratizando progressivamente, tendo o lazer em meio rural passado a abranger um leque mais vasto da população, incluindo os próprios habitantes do meio rural, agora empregados sobretudo nas áreas dos serviços. Entre os novos usos salientam-se os passeios em todo o terreno; o turismo cultural em geral, que inclui o consumo de bens patrimoniais (desde o património edificado ao gastronómico, passando pelo artesanal e outros); a utilização dos cursos de água e albufeiras como praias fluviais e como locais de realização de desportos náuticos; e as atividades mais tradicionais, como o termalismo, a caça e a pesca” (ALMEIDA, 2007:296). Importa também considerar atividades como os percursos pedestres, o BTT e diversas outras práticas ao ar livre nos “ambientes” terrestre, aquático e aéreo.

A implementação do turismo nas áreas rurais, como afirma CARVALHO (2009:171), “deve ser entendida como uma das vias complementares que se pretende incentivar num contexto de marginalização económica e social de grande parte dos territórios rurais, através de diferentes políticas, instrumentos e iniciativas, tendo em vista converter valores naturais e culturais em valores económicos”.

Assim como os espaços rurais ganharam bastante (e continuam a ganhar) com a integração do turismo no seu quotidiano, também as áreas de montanha ganham essa visibilidade assumindo-se, de igual modo, como novas escolhas geográficas e uma excelente alternativa ao turismo massificado.

Na perspetiva de CARVALHO (2009:193) “o atual interesse geográfico pelas áreas de montanha está relacionado com a fragilidade destas áreas e com os seus recursos naturais e culturais, bem como a reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial que atinge, no geral, as montanhas”.

A redução dos habitantes e da população residente nas áreas de montanha, que se tem verificado nas últimas décadas, colocam em evidência os problemas de degradação que se verificam nas áreas de montanha. Como via de resolução destes problemas e destes fatores de risco, a integração das áreas de montanha como espaços de potencial turístico podem reduzir e acabar com o abandono destes espaços, podendo ainda reabitar algumas áreas já abandonadas, dando-lhes hipóteses de poder competir com outras áreas, e revitalizando-as.

A possibilidade de o turismo poder “abraçar” as áreas de montanha poderá ainda resolver outro tipo de problemas, que sem a implementação do turismo nestas áreas seria extremamente difícil. Podemos referir, por exemplo, da possibilidade de dotar estas áreas com equipamentos coletivos, de serviços básicos e infraestruturas, sendo importante referir que em muitas áreas de montanha, antes da chegada da perspetiva do turismo, as redes de infraestruturas básicas eram deficitárias e algumas (como a energia elétrica e o saneamento básico) não existiam. O turismo pode ainda criar condições favoráveis à criação de emprego, de alguma riqueza económica e, até mesmo, de alguma autonomia dos espaços rurais e de montanha em relação ao exterior, podendo ainda atrair atividades económicas capazes de fixar população nestas áreas. Resumindo, a atividade turística pode funcionar como alavanca dinamizadora da economia dos territórios de montanha (CARVALHO, 2009), mas sempre amparada por várias outras atividades económicas, dos três setores, num contexto de equilíbrio.

3. ECOMUSEUS: DO CONCEITO/PRÁTICA INTERNACIONAL À EXPRESSÃO EM PORTUGAL

3.1 Nova Museologia e Ecomuseus

O conceito de “Nova Museologia” remonta aos anos 60/70 do século passado, com um destaque mais considerável a partir da “Mesa Redonda de Santiago do Chile”, que teve lugar em 1972 no seio do Conselho Internacional dos Museus (ICOM – *Internacional Council of Museums*). Este novo conceito apresenta-se como forma de renovação da “Museologia Tradicional”, visto que mantém “uma relação de oposição a tudo o que é velho, baseando-se no princípio de que os detentores de uma identidade cultural e de um saber deverão ser os protagonistas dessa mesma cultura. Isto é, em vez de consumidores de um certo produto cultural que lhe é estranho, deverão ser os indivíduos e as comunidades a criar a sua própria cultura, o seu próprio desenvolvimento, a serem os atores da mudança, utilizando o seu património como um instrumento útil a estes objetivos” (LOPES, *cit.* por TEIXEIRA, 2005:1).

É neste contexto que se enquadra a “Nova Museologia”, que se demarca por ser exercida dentro de um território, trabalhando o património cultural com uma comunidade participativa, ao invés da “Museologia Tradicional” (figura 1) que corresponde aquela que

se concretiza dentro de um edifício, com uma coleção, para um público determinado, exercendo um papel de educação formal (CARVALHO, 2009). Com este novo conceito, “o objeto deixa de ser o centro das atenções no museu, valorizando-se cada vez mais o sujeito social. A memória coletiva torna-se o património por excelência destes museus e a interdisciplinaridade a linha de conduta dos programas desenvolvidos com a participação ativa das populações” (TEIXEIRA, 2005:1).

Museologia Tradicional	Nova Museologia
Edifício Coleções Pessoal especializado Público/Visitantes	Território Património Memória População

Adaptado de DAVIS *et al.* (2010)

Figura 1. Museologia Tradicional e Nova Museologia

Como refere CARVALHO (2009:114), “é através da evolução dos parques naturais, que em França adquirem a sua melhor expressão como instrumentos de ordenamento do território e de pedagogia do ambiente, que se consolidam as ideias de Riviére sobre o ecomuseu, conceito que, no entanto, só apareceu em 1971 – na conferência geral da ICOM, em Grenoble – graças a Hugues de Varine Boham (...) e que designou a conceção museológica evolutiva através da qual se revela a natureza e a evolução do homem no território onde vive”. De facto, “*the essence of place lies in the environment itself, and is defined by the individuals and the communities that live there*” (CORSANE *et al.*, 2008:3).

Segundo Riviére, o conceito de ecomuseu não tem uma definição una ou estática, visto que acompanha a evolução da sociedade, consubstanciando-se numa instituição dinâmica. É “um espelho onde a população se contempla, para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com a das populações que a precederam, da descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que a população mostra aos seus hóspedes para que eles a compreendam melhor, no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade” (RIVIÉRE, *cit.* por TEIXEIRA, 2005:3).

Mais recentemente, em 2004, a Rede Europeia de Ecomuseus apresentou uma outra versão, na qual “*an ecomuseum is a dynamic way in which communities preserve, interpret, and manage their heritage for sustainable development. An ecomuseum is based on a community agreement*” (CORSANE *et al.*, 2008:3). Por sua vez, DAVIS (*cit.* por CORSANE *et al.*, 2008:3), interpreta o conceito de ecomuseu como “*a community-driven museum or heritage project that aids sustainable development*”.

Relativamente às principais características que se constituem como fundamentais num ecomuseu, segundo DAVIS *et al.* (2010), estes têm por base:

- A escolha do território deve ser definida, por exemplo, pela paisagem, dialecto, uma indústria específica ou pela tradição musical.

- A identificação de recursos patrimoniais específicos no território, e a celebração dessas “referências culturais” usando a conservação e a interpretação *in situ*.

– A conservação e a interpretação dos locais individualmente no território é feita através da ligação e cooperação com outras organizações.

– O poder das comunidades locais; o ecomuseu é estabelecido e gerido pela população local e esta decide que aspectos do seu “espaço” são importantes para si.

– A comunidade local beneficia do estabelecimento do ecomuseu. Os benefícios poderão ser intangíveis, como uma maior auto-consciência ou orgulho no território, tangíveis (o salvamento de fragmentos de recursos patrimoniais, por exemplo) ou económicos. Existem habitualmente benefícios significativos para esses indivíduos na comunidade local mais associada ao desenvolvimento do ecomuseu.

3.2 Ecomuseus em Portugal

Em Portugal, a partir de 1974, assistiu-se a um desenvolvimento da museologia, nomeadamente a nível da “nova museologia”, com um crescente interesse na problemática da cultura local e do seu aproveitamento museográfico (TEIXEIRA, 2005). A primeira ideia para a concretização de um ecomuseu surgiu, em Portugal, nos finais da década de 70 em que, de forma análoga ao que havia sucedido em França, este iria surgir associado às áreas protegidas. Assim, em 1977, George Rivière deslocou-se ao Parque Natural da Serra da Estrela, com o intuito de aí vir a ser criado um ecomuseu. Porém, tal intento acabou por não se concretizar por motivos de ordem política.

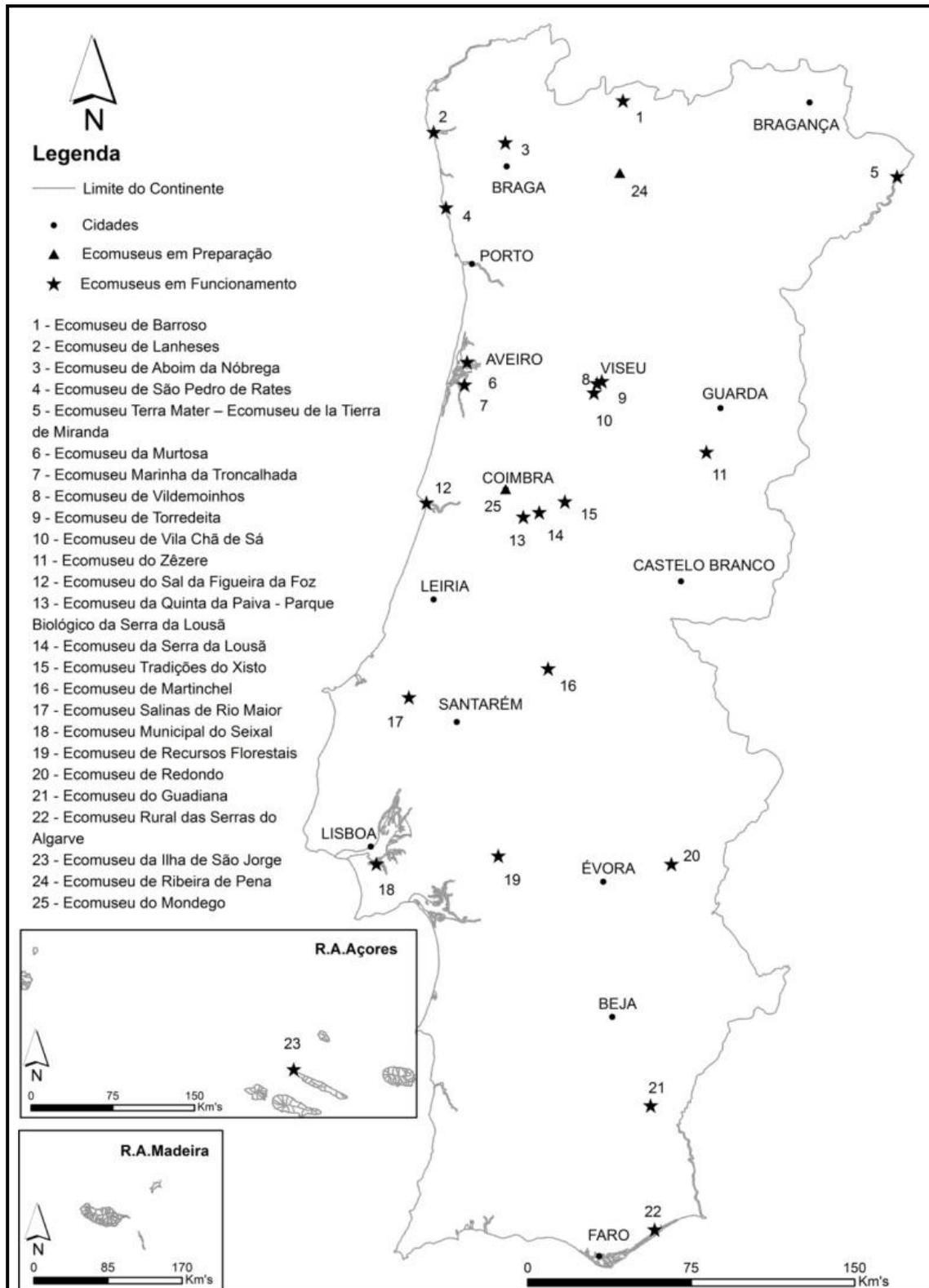
Em momentos subsequentes, em deslocações ao território nacional, segundo TEIXEIRA (2005:7), terá afirmado que “em Portugal o ecomuseu não precisa ser inventado, pois ele existe à espera que o organizem; não é preciso mandar fazer ferramentas ou oficinas, elas existem; não é preciso treinar os artesãos, os agricultores, os pastores, eles são ainda hoje intervenientes da vida local, nos campos e nas montanhas”.

Assim, em Portugal, é possível identificar várias iniciativas/ações e propostas ecomuseológicas, num total de 25 (23 concluídos e 2 em preparação). Existem diversos exemplos de experiências bem sucedidas, levadas a cabo em diferentes regiões do país e que traduzem de forma inequívoca as “novas” práticas museológicas (figura 2).

A diversidade geográfica, patente nas diferentes especificidades regionais retratadas (do Minho e Trás-os-Montes ao Alentejo e Algarve, passando pelos Açores), é acompanhada de uma acentuada amplitude no que diz respeito às temáticas fundadoras e orientadoras (como, por exemplo, salinas – figura 3, recursos florestais, rios – figura 4, serras/montanhas, ilhas) dos projetos ecomuseológicos, e ambas refletem a riqueza dos contextos culturais e paisagísticos relacionados com a atividade antrópica.

Do Ecomuseu do Sal (Figueira da Foz) ao Ecomuseu Terra Mater (Miranda do Douro), ou do Ecomuseu das Serras do Algarve ao Ecomuseu da Ilha de São Jorge, resulta evidente a vinculação das comunidades locais às suas memórias e identidades que, em sucessivas gerações, moldaram paisagens e transmitiram saberes seculares e, em certa medida, ajudaram a fixar a originalidade dos lugares.

A Beira Litoral e a Beira Alta destacam-se uma vez que concentram quase uma dezena de ecomuseus em funcionamento (o que corresponde a cerca de 40% do total) e neste contexto é evidente a representação da Serra da Lousã através de três entidades ecomuseológicas: o Ecomuseu Quinta da Paiva/Parque Biológico da Serra da Lousã (Miranda do Corvo), o Ecomuseu da Serra da Lousã (Lousã) e o Ecomuseu Tradições do Xisto (Góis), com filiação institucional diferenciada (Associação Desenvolvimento e Formação Profissional, Câmara Municipal da Lousã e Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, respetivamente).



Elaboração própria a partir do Atlas do Ambiente Digital
 Figura 2. Ecomuseus em Portugal (2014): distribuição geográfica



Fotografia: Paulo Carvalho
Figura 3. Ecomuseu do Sal (Figueira da Foz, 2013)



Fotografia: Paulo Carvalho
Figura 4. Ecomuseu do Zêzere (Belmonte, 2009)

De modo mais detalhado, podemos mencionar e destacar dois dos exemplos mais conhecidos em Portugal: o Ecomuseu Municipal do Seixal (o primeiro ecomuseu criado em Portugal) e o Ecomuseu de Barroso.

Através do seu site oficial na internet, o Ecomuseu Municipal do Seixal (designação assumida em 1983, um ano após a Câmara Municipal do Seixal ter erigido o Museu Municipal), localizado na margem esquerda do estuário do rio Tejo, define-se como “uma unidade orgânica da Câmara Municipal do Seixal que tem por **missão** investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do concelho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um desenvolvimento local sustentável”.

Assume como **linhas estruturantes da sua programação museológica a atividade referente ao território concelhio, a conservação dinâmica do património, sempre que possível *in situ*, e a interação com formas de participação da população/das comunidades na vida municipal**. Territorialmente, além do núcleo sede situado na Torre da Marinha (Arrentela), apresenta uma estrutura que integra oito sítios – cinco núcleos museológicos (Núcleo da Mundet; Núcleo Naval; Núcleo Quinta da Trindade; Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol; Núcleo do Moinho e Maré de Corroios) e três extensões (Extensão do Ecomuseu na antiga Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços; Extensão do Ecomuseu na Quinta de São Pedro; Extensão do Ecomuseu no Espaço Memória, Tipografia Popular do Seixal) – gerindo, também, três embarcações tradicionais de recreio do estuário do Tejo (os botes-de-fragata Baía do Seixal e Gaivotas e o varino Amoroso).

Por sua vez, o Ecomuseu de Barroso (Montalegre), criado em 2001, apresenta-se como “fiel guardião de momentos que identificam um Povo e um território”, pretendendo afirmar-se “como espaço de valorização e divulgação dos recursos e do património do Barroso, de representação identitária, de formação, de participação e de cidadania, de concertação e de cooperação e, de inovação e de mobilização das pessoas para novas atividades” (TEIXEIRA, 2005:64).

“O **Ecomuseu de Barroso** integra as funções de documentação, investigação e interpretação dos valores culturais e naturais do território barrosão e, deste modo, contribui para reforçar a identidade cultural da comunidade, revitalizando a relação desta com o seu espaço geográfico”.

Assim, este ecomuseu pretende: inventariação e preservação do património; valorização e divulgação dos recursos; representação identitária; formação, participação e cidadania; concertação e cooperação; inovação e mobilização das pessoas para novas atividades; afirmação do território como destino turístico; criação da marca “Terras de Barroso”; apoiar os produtos regionais e a sua comercialização.

No âmbito territorial, o Ecomuseu de Barroso apresenta uma estrutura assente em cinco pólos, a saber: Polo Sede – Espaço Padre Fontes, que concentra as funções de natureza organizativa, com vista à dinamização e à gestão do “museu vivo”, além de ser um espaço onde é possível assistir a dezenas de documentários sobre a etnografia local, encontrar mais de mil pontos de interesse numa maquete tridimensional, visitar salas sobre o território, gentes, quotidiano e os ciclos vitais. O Polo Pitões das Júnias – Corte do Boi, o primeiro espaço museológico criado nas aldeias, onde estão expressas várias patentes temáticas (como a pastorícia em regime extensivo, a vezeira, a tecelagem, a agricultura de montanha, os modos de produção local, as alfaias agrícolas, o património etnográfico, o “boi do povo”, o lobo ibérico, o Parque Nacional Peneda-Gerês, entre outros). O Polo de Salto – Casa do Capitão, instalado numa antiga casa senhorial, no qual os temas tratados são muito variados: a raça barrosã, as alfaias agrícolas manuais e

de tração animal, o ciclo do pão, a cozinha de Barroso, o ciclo da lã e do linho, as minas de volfrâmio da Borralha e D. Nuno Álvares Pereira). Já no Polo Mineiro da Borralha – Barroso, inserido na requalificação do espaço mineiro, estão a ser intervencionadas quatro áreas, a saber: o Grupo D, centro do polo museológico, que contém recepção, auditório, balneários, e algumas áreas de exposição; a fundição edifício para futuras exposições; a casa dos compressores, edifício longitudinal, com quatro compressores de grandes dimensões; o arquivo, piso onde se encontra um grande espólio documental, relacionado com todas as atividades dirigidas pelas minas. Por sua vez, no Polo Paredes do Rio – Aldeia Ecomuseu oferece uma visita ao passado, com a rota dos artesãos que, nas suas casas, mostram os seus locais de trabalho e os saberes muitas vezes já esquecidos. Nesta aldeia foi traçada uma estratégia de recuperação do património comunitário, para que todos os edifícios dedicados ao armazenamento e transformação agrícola continuem a funcionar e sejam motivo de atração turística. No Polo de Tourém – Centro de Educação Ambiental, instalado numa antiga e reconstruída “corte do boi”, funciona como Centro Interpretativo da Avifauna da Região, num espaço onde prima a preservação e manutenção do património natural e paisagístico. Por fim, o Polo de Vilar de Perdizes – Casa do Lavrado, constitui-se como um reflexo da casa tradicional da região.

Como vimos, através destes dois exemplos, as “novas” práticas museológicas que se vão multiplicando em Portugal concretizam-se como instrumentos de proteção e valorização da nossa herança cultural, conservando de forma muito positiva a individualidade de cada região no contexto da cultura popular portuguesa.

Parece-nos evidente que, as instituições museológicas, em geral, e os ecomuseus, em particular, além da valorização e conservação do património cultural, têm contribuído para o estabelecimento de pilares e para alcançar metas de desenvolvimento económico, construindo postos de trabalho, criando bases para a fixação de população nos territórios rurais envelhecidos e ameaçados pelo despovoamento, e, a jusante, desenvolvendo atividades económicas e animando o comércio através da atração turística.

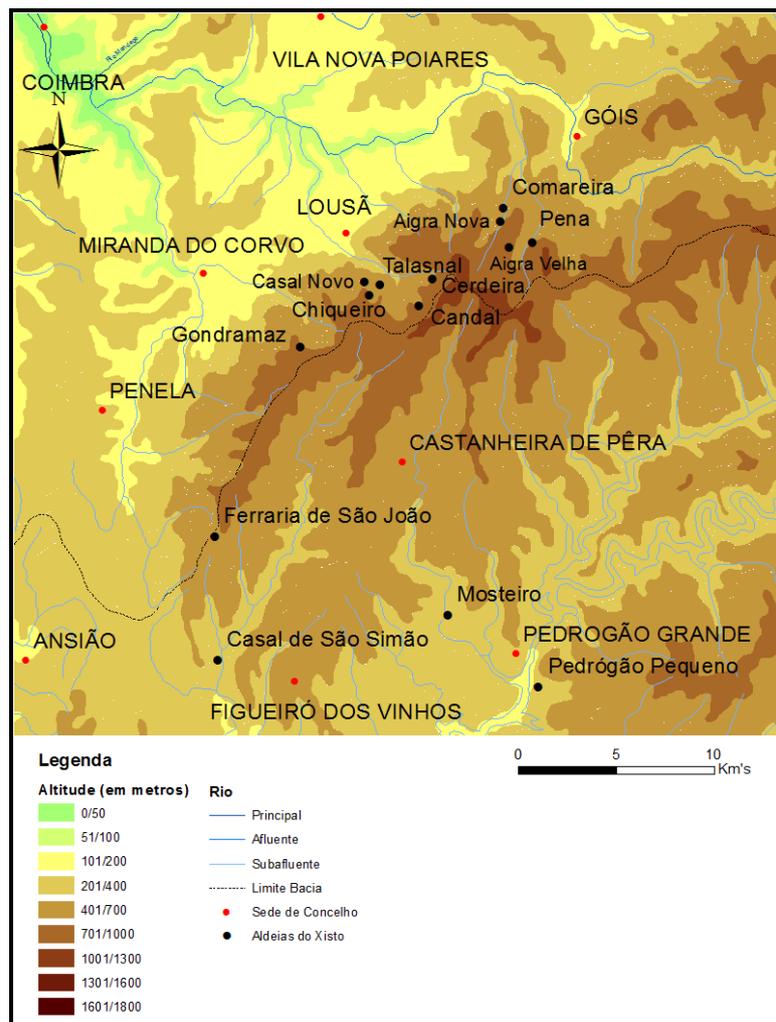
4. ECOMUSEU TRADIÇÕES DO XISTO (GÓIS/SERRA DA LOUSÃ)

“Existe um mundo onde tudo se aproveita: as padieiras das portas e das janelas são de castanho, as lajes de xisto estão nos beirais, por cima das telhas e nas soleiras. Há telhas de canudo e as ferragens das portas são antigas! Dos soutos vêm as castanhas e a sopa de castanha é famosa até hoje. A cabra come-se quando velha e, macerada pelo vinho tinto, torna-se macia e dá sabor à chanfana. Das pequenas hortas vêm grelos frescos que, misturados com a broa e o azeite, chegam a migas deliciosas. Das urzes e com muitas abelhas ainda hoje se faz um excelente mel. O pão faz-se em casa e o seu cheiro perfuma as estreitas ruas. Os cabritos andam serra acima, serra abaixo, e isso faz deles pratos deliciosos quando o tempo próprio chega!

E depois neste mundo, com umas quantas casinhas encavalitadas nas encostas, parecem apenas existir “quartos com vista”! Mas não! Não é verdade! Existem pessoas, em regra com grandes rostos de avó, que partilham toda a sabedoria de um mundo em que tudo é escasso! Esse mundo tem nomes: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena (concelho de Góis) [...]”, um mundo bem presente no Ecomuseu Tradições do Xisto (TURISMO CENTRO DE PORTUGAL; 2007:47/48).

4.1 Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena – territórios rurais/montanhosos

As Aldeias de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena, integradas num contexto de proximidade e de funcionalidade, fazem parte do concelho de Góis e estão situadas no setor norte da Serra da Lousã (Cordilheira Central Portuguesa), que, por sua vez, alberga a maior concentração de lugares integrados na Rede de Aldeias do Xisto (um produto turístico planeado cujas bases foram lançadas em 2000), com um total de 13 (figura 5). A altitude máxima da Serra da Lousã (integrada na Rede Natura 2000) é de 1205 metros no Trevim, local onde “confluem” os concelhos de Lousã, Góis e Castanheira de Pera.



Elaboração própria com base no Atlas do Ambiente Digital

Figura 5. Rede de Aldeias do Xisto na Serra da Lousã: enquadramento geográfico, hipsometria e hidrografia

Estas aldeias (enquanto lugares habitados de forma permanente) remontam ao século XVI (na perspetiva dos registos demográficos mais antigos) e revelam um percurso evolutivo sedimentado na geoconomia primária designadamente em atividades como a agricultura, a pastorícia e a exploração florestal. No último século é evidente o declínio demográfico (redução de efetivos e envelhecimento) e a recomposição da

estrutura de povoamento da montanha, em particular desde 1940. Se em 1911 a população residente em Aigra Nova (figura 6), Aigra Velha, Comareira e Pena (figura 7) atingia as 160 pessoas, em 1960 o efetivo demográfico estava reduzido a pouco mais de uma centena de habitantes (109), valor que continuou a diminuir nas décadas seguintes, descendo para menos de metade (46) em 1991 e atingindo as duas dezenas de residentes em 2011.



Fotografia: Luiz Alves

Figura 6. Aldeia de Aigra Nova (em pano de fundo – 2013)



Fotografia: Luiz Alves

Figura 7. Vista geral da Aldeia da Pena (2013)

A arquitetura serrana tradicional tem como elemento basilar a pedra (xisto) e a madeira (de castanheiro) na composição de estruturas edificadas destinadas ao alojamento dos residentes mas também às atividades produtivas de que resultaram construções como currais, palheiros, moinhos, lagares, entre outras. De igual modo, a

pedra é uma presença inconfundível e uma marca diferenciadora da organização da paisagem rural; de forma emparelhada é o suporte dos terrenos de cultivo que o homem construiu e utilizou durante séculos. O advento da modernidade, com progressos ao nível dos meios de transporte e comunicação, facilitou a introdução de novos materiais e técnicas de construção, para além de mudanças sociais, económicas e culturais dos proprietários (e da sua renovação), resultou num conjunto significativo de modificações estruturais, funcionais e estéticas das casas serranas. Contudo, a relevância patrimonial destas estruturas está presente na preocupação recente de reabilitar imóveis (que em alguns casos inclui remover dissonâncias e destacar pormenores relevantes) e fazer a sua plena integração na paisagem serrana – a par de outras como as condições de habitabilidade dos imóveis – de que resultaram intervenções de grande qualidade (figura 8) e novas funções/utilizações designadamente as relacionadas com o lazer e o turismo (iniciativas que foram impulsionadas por programas nacionais e regionais apoiados pela União Europeia).



Fotografia: Luiz Alves

Figura 8. Imóvel recuperado e convertido em unidade de turismo em espaço rural (Casa de Campo) na Aldeia da Comareira (2013)

No contexto das Aldeias do Xisto de Góis e da Serra da Lousã, existe uma associação que é a maior responsável pela gestão e dinamização do “Ecomuseu Tradições do Xisto”: a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, associação privada sem fins lucrativos, com sede na Aldeia do Xisto de Aigra Nova (freguesia e concelho de Góis). Esta associação tem como finalidade promover atividades de conservação da natureza, valorizar o património cultural rural (etnográfico, histórico, gastronómico, artesanal, identitário, entre outros) e promover atividades de animação turística, desportiva, educativa, económica e social no espaço geográfico da Serra da Lousã e nos territórios seus constituintes, incidindo a sua atuação, de forma mais intensa e consequente nos concelhos de Góis, Castanheira de Pera e Lousã, intervindo ainda, embora de forma menos visível do que nos territórios enunciados anteriormente, nos

concelhos de Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Penela (ALVES, 2013).

Com o decorrer do tempo, e com a prossecução dos seus objetivos, esta associação tem vindo a contribuir para o desenvolvimento do território, que vai muito para além das Aldeias do Xisto, tendo instituído uma dinâmica de parcerias (a vários níveis: económico, social, institucional, entre outros) com agentes locais e com instituições (públicas e privadas) internas e externas à área geográfica de intervenção, detendo, neste momento, uma imagem e estrutura de atuação consolidada conforme é reconhecido por diversas entidades, quer no domínio do desenvolvimento local, mas também nas áreas da etnografia; da recuperação, conservação e valorização do património rural serrano; da conservação e proteção da natureza; na captação e atração de agentes empresariais e consumidores; entre outros (ALVES, 2013).

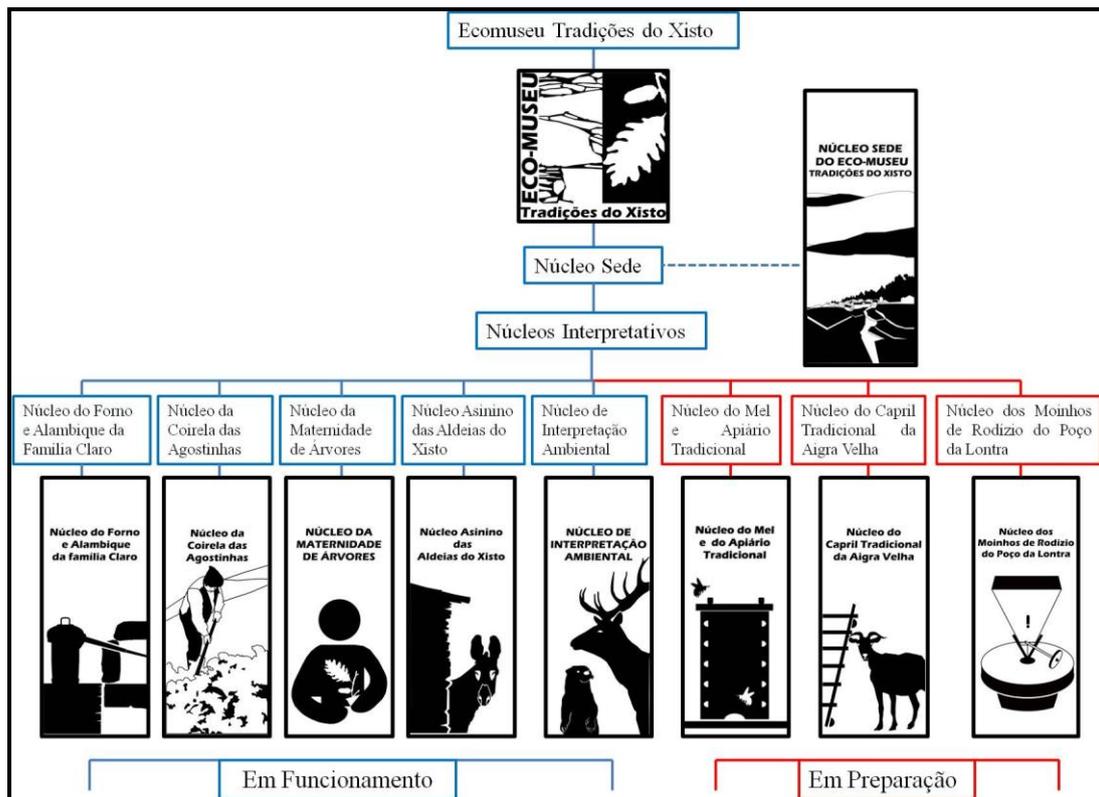
No universo de projetos em que a Lousitânea está envolvida importa salientar alguns deles, todos relacionados com as temáticas da conservação da natureza e da valorização do património, como são exemplo a gestão da Rede das Praias Fluviais do Pinhal Interior; a implementação e animação de ações no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto; a implementação da Rede de Percursos Pedestres do concelho de Góis; o levantamento dos vestígios de ocupação humana no Vale do Ceira; e a prossecução dos estudos científicos na área abrangida pela crista quartzítica dos Penedos de Góis, com vista à sua classificação como Monumento Natural; entre outros. Porém, é o projeto do Ecomuseu Tradições do Xisto que maior impacto tem na vida da associação consagrando-se este como um dos grandes motores de indução de desenvolvimento no concelho de Góis, e nas suas Aldeias do Xisto em particular.

4.2 Organização/estrutura e visitação

O Ecomuseu Tradições do Xisto encontra-se organizado em seis núcleos, quer relacionados com o património cultural quer vocacionados para o património natural e com a conservação da natureza, estando ainda outros núcleos em fase de preparação (figura 9).

A sua estrutura territorial, atualmente, vincula as quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena, havendo possibilidade, a médio/longo prazo, de poder expandir o projeto do Ecomuseu Tradições do Xisto a outros locais da Serra da Lousã.

O Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto (figura 10a), localizado em Aigra Nova, resultou de numa candidatura ao PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) através da medida 3.2.1, estando instalado num imóvel de propriedade da Câmara Municipal de Góis, sendo a “porta de entrada” do espaço museológico vivo das Aldeias do Xisto de Góis. Está dividido em quatro áreas temáticas de abordagem: Introdução aos Serranos (os povos destas aldeias); Programa e Rede das Aldeias do Xisto; Aldeias do Xisto do concelho de Góis; e seis temáticas/ciclos: mel; milho; castanha; hortas tradicionais; festas e tradições; e caprinicultura. Inclui ainda um espaço de exposições temporárias, com expositores gráficos, com imagem e vídeo das tradições vivas desta região.



Elaboração própria a partir de Lousitânea

Figura 9. Estrutura do Ecomuseu Tradições do Xisto

O Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto (figura 10b), localizado em Aigra Nova, é resultante de uma parceria com a AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino de Miranda do Douro. Este núcleo, atualmente, alberga três burros de raça mirandesa, com o objetivo de, para além da conservação e manutenção desta espécie em vias de extinção, recriação dos espaços de currais tradicionais e de fomentar passeios pedestres com burros.

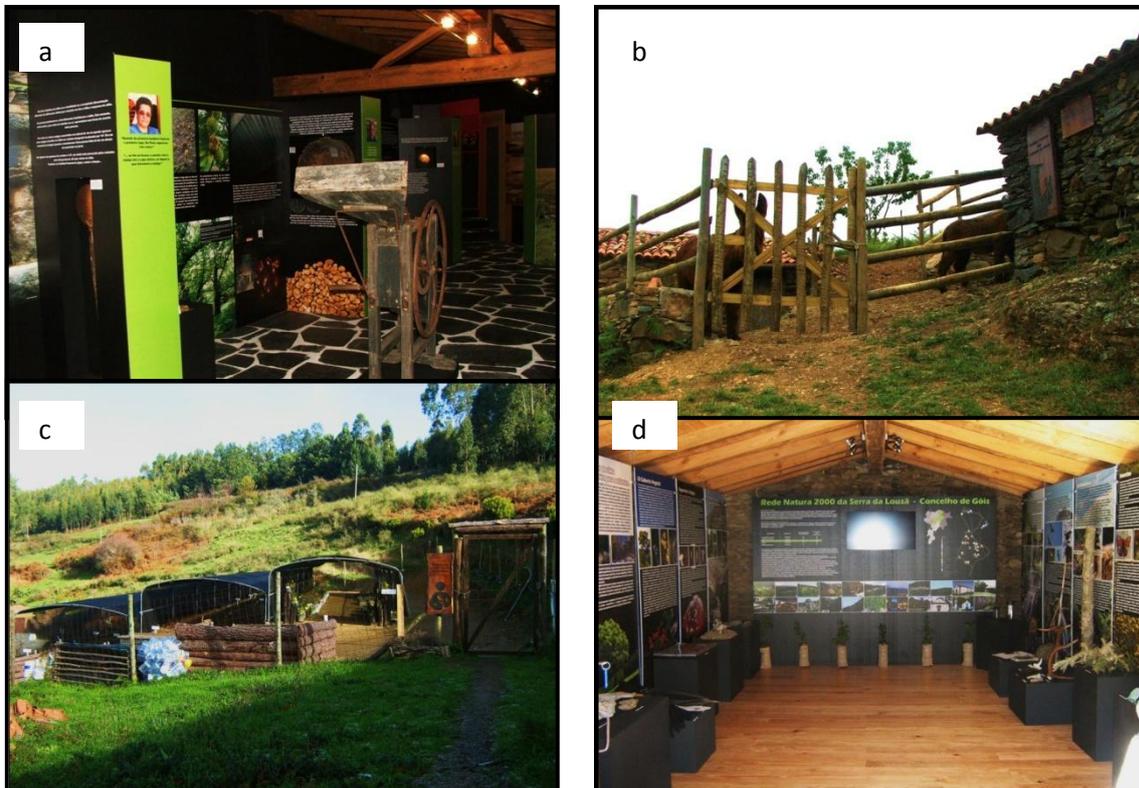
O Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro, situado em Aigra Velha, corresponde a um espaço recuperado no âmbito do projeto Eco-Arq, uma parceria da ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto com a Câmara Municipal de Góis. O imóvel é pertença da família Claro e foi elaborado um protocolo de colaboração entre a família, a Lousitânea e a Câmara Municipal de Góis, sendo um espaço pleno de tradição, onde a confeção de aguardente de mel e de broa de milho são a sua imagem de marca.

Por sua vez, o Núcleo das Hortas Tradicionais – a Coirela das Agostinhas, situado em Aigra Nova, corresponde a um espaço cedido pelos habitantes locais e que funciona como horta pedagógica. Neste espaço, para além da componente pedagógica, destaque ainda para a produção de alimentos hortícolas, entre outros, que servem de base para a confeção das refeições temáticas servidas nesta aldeia.

O Núcleo da Maternidade das Árvores, também situado em Aigra Nova, corresponde a um espaço de educação ambiental e, em simultâneo, de viveiro de espécies arbóreas e arbustivas autóctones da Serra da Lousã. Dispõe de milhares de árvores e arbustos cujo destino é, essencialmente, para plantações na área da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã. A Lousitânea, desde a entrada em funcionamento da Maternidade de Árvores já disponibilizou cerca de 12.000 árvores e arbustos para

plantação, quer a título individual quer através de atividades e iniciativas de plantação desenvolvidas pela associação. Uma área importante da gestão deste núcleo corresponde aos apadrinhamentos de árvores por pessoas, a título individual ou coletivo, que apoiam com 15€ (por apadrinhamento) a manutenção e crescimento da sua árvore.

O Núcleo da Maternidade das Árvores (figura 10c), é um dos projetos mais inovadores da Lousitânea. Este espaço tem dois objetivos: o primeiro, está relacionado com a produção e reprodução de árvores e arbustos autóctones para, posteriormente, serem replantados na Serra da Lousã; o segundo objetivo, está diretamente ligado à educação ambiental, ou seja, a Maternidade das Árvores pretende assumir-se como um exemplo, através de um programa de educação ambiental para todas as idades, alicerçado em *ateliers* relacionados com a plantação, reprodução e conhecimento das árvores autóctones, observação e interpretação de fauna e flora, entre outros *ateliers* e oficinas. A Maternidade está organizada de acordo com os seguintes espaços: inseminação; incubadora; sala de partos; berçário; creche; farmácia; ervanária e exame final.



Fotografias: Luiz Alves (2013)

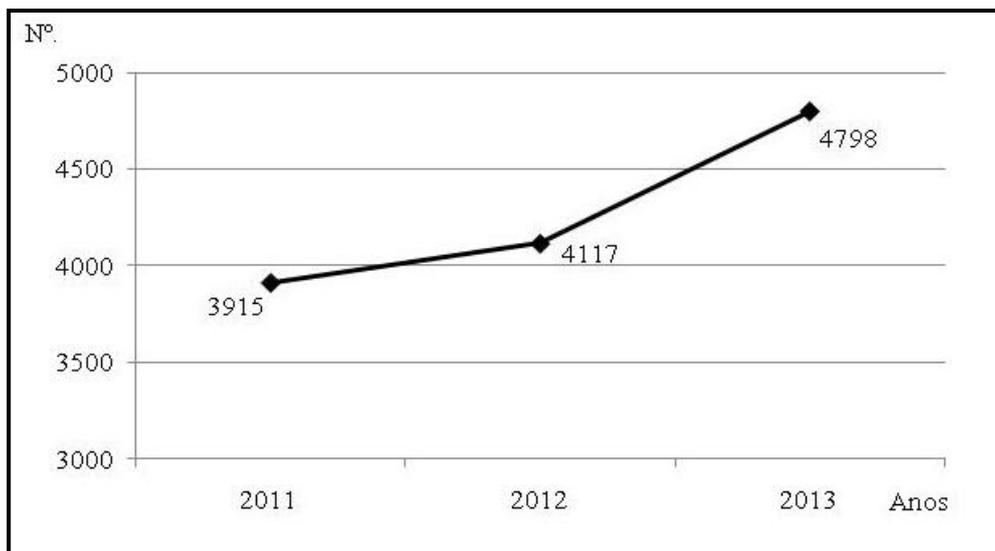
Figura 10. **a)** Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto; **b)** Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto; **c)** Núcleo da Maternidade de Árvores; **d)** Núcleo de Interpretação Ambiental.

Por fim, o Núcleo de Interpretação Ambiental (figura 10d), localizado em Aigra Nova, está situado num pequeno imóvel que serve de espaço interpretativo da Serra da Lousã, estando preenchido com painéis informativos e artefactos/peças, alusivos aos vários temas representativos dos principais elementos da Serra da Lousã, a nível

ambiental: fauna; flora; geologia; paleontologia; clima; Rede Natura 2000; espécies invasoras.

O Ecomuseu Tradições do Xisto irá contemplar, também, outros núcleos interpretativos que ainda não estão intervencionados, tais como: a casa serrana e o capril tradicional; o palheiro e eira tradicional; a fonte dos namorados; o forno e alambique em Aigra Nova; o capril e palheiro tradicional em Aigra Velha; o núcleo do vinho em Comareira; e, na aldeia da Pena, os núcleos do forno e alambique, o centro etno-arqueológico dos moinhos de água, bem como o núcleo interpretativo dos Penedos de Góis. Estes núcleos serão sinalizados e intervencionados com a colaboração dos técnicos da Lousitânea, da autarquia e da junta de freguesia, contando sempre com o fundamental envolvimento da população local (ALVES, 2013).

Relativamente ao número de visitantes das Aldeias do Xisto do concelho de Góis³ (figura 11), podemos constatar que, numa primeira análise (e embora considerando apenas um período de três anos), houve um crescimento de 883 visitantes entre 2011 e 2013, correspondendo a um aumento de 18,4%, de 3915 visitantes no ano de 2011 para 4798 visitantes em 2013), valores muito interessantes para estes micro-territórios, ainda para mais se tivermos em linha de conta que o número total de habitantes destas quatro aldeias não chega (na atualidade) aos 20 residentes.



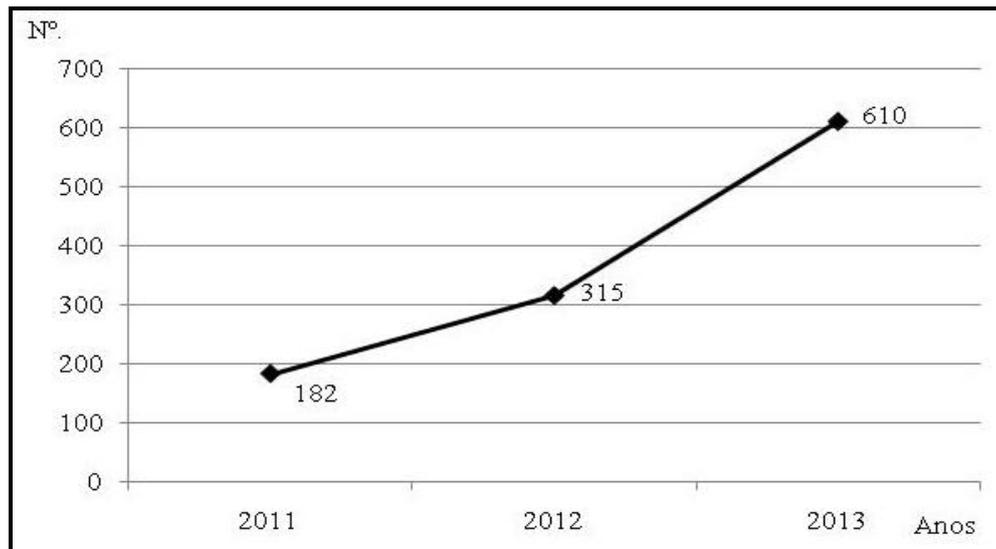
Elaboração própria com base em dados da Lousitânea

Figura 11. Número total de visitantes, entre 2011 e 2013, às Aldeias do Xisto de Góis

Com um valor médio de 14,76 visitantes por dia, em 2013, são os meses de verão em que se verifica a maior afluência de visitantes às Aldeias do Xisto do concelho de Góis (julho e agosto), registando-se, porém, um período relativamente homogêneo de visitantes entre os meses de maio e outubro.

³ A este respeito importa, em primeiro lugar, referir que o registo é efetuado na Loja das Aldeias do Xisto da Aigra Nova pelo que, nem todas as visitas às outras aldeias possam estar aqui plasmadas. Porém, como praticamente a totalidade das pessoas que visitam o núcleo de Aldeias do Xisto do concelho de Góis percorre sempre as 4 aldeias (salvo raríssimas exceções), pelo que, os dados aqui apresentados serão muito próximos do verdadeiro número total de visitantes.

Por fim, a análise atinente ao número total de visitas ao Ecomuseu Tradições do Xisto, e apesar de o registo de entradas apenas ter começado a ser efetuado no ano de 2011, permite destacar algumas tendências. Assim, no cômputo geral de todos os núcleos integrantes do Ecomuseu Tradições Xisto podemos constatar que, em três anos, já contou com um total de 5535 visitantes. Em termos médios, em 2011, contabilizou-se um total de 182 visitas a cada um dos núcleos integrantes do Ecomuseu, valor que aumentou substancialmente (70,1%), para 610 visitante por núcleo no ano de 2013 (figura 12).



Elaboração própria com base em dados da Lousitânea

Figura 12. Número médio de visitantes, entre 2011 e 2013, ao Ecomuseu Tradições do Xisto

5. CONCLUSÃO

Os territórios rurais de montanha em Portugal encontram-se, de forma transversal, em patamares de proximidade no que concerne às suas dinâmicas socioeconómicas. As baixas densidades que os caracterizam, que não é só de população, mas também de empresas, de serviços públicos, de capital institucional, de redes e atores de desenvolvimento, entre outros, não sendo um problema recente configura um dos maiores desafios tendo em vista a sua viabilidade futura.

A transição de “políticas produtivistas” para “políticas diferenciadas” de desenvolvimento, com um paradigma vigente assente no carácter multifuncional do mundo rural, abriu caminho a novas atividades como o lazer e o turismo. Esta valorização decorre também de uma procura cada vez maior por parte da população urbana que pretende ocupar e usufruir do seu tempo livre, incrementando uma dinâmica cada vez mais importante no processo de revitalização rural capaz de criar condições para que outras atividades possam (re)emergir, permitindo uma maior abertura destes territórios e uma maior complementaridade entre o rural e o urbano, e nas relações (económicas, sociais e culturais) entre eles (ALVES; 2013).

Neste contexto, os ecomuseus têm assumido um papel importante na conservação, exploração e valorização do património natural e cultural dos territórios rurais e de montanha tornando-se, também eles, numa ferramenta ao serviço do desenvolvimento.

O universo relativamente diversificado de ecomuseus existente em Portugal, verdadeiros centros de conservação da memória e identidade cultural dos territórios e das suas populações, é também reflexo da crescente (re)valorização da importância do mundo rural e dos valores da ruralidade.

Pelo seu carácter diferenciador, quer nas suas intervenções, quer na forma de atuação, o “Ecomuseu Tradições do Xisto” (Serra da Lousã) procura aliar a tradição e a inovação, apresentando-se como um projeto completo, dinâmico e de base genuinamente local. Com uma abrangência territorial que não ultrapassa os 14 habitantes (distribuídos por 4 aldeias), o “Ecomuseu Tradições do Xisto” é uma das portas de entrada para o vasto território da Serra da Lousã e das Aldeias do Xisto, com uma capacidade atrativa bastante vincada, refletida nos mais de 5500 visitantes registados em três anos (2011-2013). Porém, a atratividade deste território, no geral, e do Ecomuseu, no geral, torna-se ainda mais relevante quando refletimos sobre o número de visitantes que passam pela Loja das Aldeias do Xisto de Aigra Nova (edifício contíguo ao “Ecomuseu Tradições do Xisto”), que em apenas 3 anos contou com mais de 12800 visitantes, numa pequena aldeia onde residem apenas 4 habitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. (2007). *O mundo rural e os novos desafios*. In Periferias e Espaços Rurais. Comunicações Apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais, pp. 295-318. Editora Principia. Estoril.
- ALVES, L. (2013). *Processos de Mudança, Turismo e Desenvolvimento Rural: As Aldeias do Xisto do Concelho de Góis e o Papel da Lousitânea*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- CARNEIRO, I. (2010). *Porque é que não existe uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal?*. In Atas do IV CER – Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, pp. 696-707. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Universidade de Aveiro. Aveiro.
- CARVALHO, P. (2010). *A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha*. In Cadernos de Geografia nº28/29, pp.185-191. Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2009/2010. Coimbra.
- CARVALHO, P. (2009). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O Exemplo da Serra da Lousã*. Edição da Câmara Municipal da Lousã. Lousã.
- CARVALHO, P. (2001). *Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou Utopia?*. In Atas do 1º. Congresso de Estudos Rurais – Território, Sociedade e Política. Continuidades e Rupturas. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- CAVACO, C. (1996). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local: Desafio ou Utopia?* In Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 333-355. Coimbra.
- CORSANE, Gerard E., et. al. (2008). *Ecomuseology: a holistic and integrated model for safeguarding ‘spirit of space’ in the North East of England*. International Centre for

- Cultural and Heritage Studies. University of Newcastle upon Tyne.Reino Unido. Disponível em: <http://openarchive.icomos.org/11/1/77-7kft-231.pdf> [02-02-2014].
- COVAS, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural. Temas e Problemas*. Edições Colibri. Lisboa.
- COVAS, A. (2008). *Ruralidades III - Temas e Problemas da Ruralidade Pós-agrícola e Pós-convencional*. Universidade do Algarve. Faro.
- CRISTÓVÃO, A. (2011). *Acção colectiva e turismo em espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal*. In Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (Orgs.), *Turismo Rural: Iniciativas e Inovações*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, pp. 101-141. Porto Alegre.
- DAVIS, P. et al.(2010). *Heritage, local communities and the safeguarding of 'Spirit of Place' in Taiwan*.Museum and society, 2010, pp. 80-89. School of Museum Studies. University of Leicester.Reino Unido Disponível em: <http://www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/museumsociety/documents/volumes/davishuangliu.pdf> [02-02-2014].
- DRUȚU, M. & DRĂGULĂNESCU, I. (2012). *Rural Tourism for Local Economic Development*. In International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences, Volume 2, Special Issue 1 (2012), pp. 196-203. Disponível em: <http://www.hrmars.com/admin/pics/1028.pdf>[02-02-2014].
- JACINTO, R. (1995). *O Mundo Rural e o seu Desenvolvimento*. In Cadernos de Geografia, Instituto de Estudos Geográfico, nº14, pp. 143-145. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- MARGARETA, B. (2007). *Effects Produced by the Touristic Activities Insert in Romanian Rural Space*.University of Agricultural Sciences and Veterinary Medicine Cluj-Napoca, Romania. Disponível em: <http://journals.usamvcluj.ro/index.php/horticulture/article/download/2098/2019> [02-02-2014].
- MORENO, L. (2007). *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 392 pp. Lisboa.
- PAUL, J. (2006). *Potencialidades Turísticas da Serra da Lousã*. In Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de Montanha, pp.103-108. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.
- TURISMO CENTRO DE PORTUGAL(2007). *Centro de Portugal, no Coração de um País*. Associação Turismo Centro de Portugal. Viseu.
- TEIXEIRA, D. (2005). *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Instituto de Estudos Sociais.Braga.